

2/2012 --

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
MÉRTOLA, REALIZADA EM 30 DE
ABRIL DE 2012** -----

----- Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre da Câmara Municipal, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra “P”, em número de 20 teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mértola, oportunamente convocada pela circular nº 13 edital nº 2/2012, ambos de 20 de abril de 2012.-----

	PF
Mário Avelino da Silva Martins	P
Miguel da Conceição Bento	P
João Miguel Palma Serrão Martins	P
Maria Odete de Jesus Palma	P
Cláudia Isabel Nascimento Celestino	P
Maria Odete Guerreiro Teixeira	P
Manuel Joaquim de Jesus Pereira	P
Maria José da Assunção Lourenço Henrique	P
José Francisco Neto	P
Manuel Sequeira Gonçalves	P
José Eugénio Martins Pereira da Costa	P
Maria Otilia Colaço Alves Raposo	P
Mariana Ricardina Costa	F
António Manuel Pereira	F
Mário José Eugénio	F
Maria Madalena Lança Marques – Pres. da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva	P
João Xavier da Costa Venâncio – Pres. da Junta de Freguesia de Corte do Pinto	P
Cláudia Isabel da Luz Arsénio – Pres. da Junta de Freguesia de Espírito Santo	P
Maria Fernanda Romba Adanjo da Silva Martins – Pres. Junta de Freguesia de Mértola	P
Luís Miguel Cavaco dos Reis – Pres. da Junta de Freguesia de Santana de Cambas	F
José Francisco Gomes Candeias – Pres. Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros	P
Joaquim António Nobre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro	P
José Manuel Silvestre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis	P
Jorge Manuel Teixeira Domingos – Pres. Junta de Freguesia de S. Sebastião dos Carros	P

COMPOSIÇÃO DA MESA:-----

Presidente – Mário Avelino da Silva Martins; -----

1º Secretário – Manuel Joaquim de Jesus Pereira;-----

2º Secretário – Maria Otilia Colaço Alves Raposo. -----

ABERTURA DA SESSÃO:- Encontrando-se presente a maioria dos membros da Assembleia, pelo respetivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 17,25 horas. -----

1.- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1.- PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO – ANTÓNIO MANUEL PEREIRA:

----- Por carta datada de 24 de abril corrente, mas com registo de entrada de hoje nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, o membro Snr. António Manuel Pereira, solicita a suspensão do seu mandato, por um período de 60 dias, por motivos de doença. -----

----- Encontrando-se presente na sessão o cidadão a seguir na lista das eleições autárquicas realizadas em 11 de outubro de 2009, para a Assembleia Municipal, Dr.ª Maria Virgínia Martins Valente, foi reconhecida a sua identidade e legitimidade, tendo a mesma sido declarada instalada neste Órgão, de conformidade com o que se dispõe no nº 4 do artº 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

----- Tomando a palavra, a Dr.ª Maria José Henrique desejou as boas vindas ao novo membro da Assembleia Municipal.-----

1.2.- EDIFÍCIO SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTANA DE CAMBAS:-----

----- Ainda no uso da palavra, a Dr.^a Maria José Henrique perguntou quais as diligências que têm estado a ser feitas relativamente à recuperação do edifício sede da Junta de Freguesia de Santana de Cambas, porque se recorda de na sessão realizada no dia 30 de setembro do ano passado, o Snr. Vice-Presidente ter informado que a Câmara estava a constituir uma comissão a fim de ser realizada uma nova vistoria, e que posteriormente não soube mais nada sobre esta matéria.-----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Câmara disse que a Câmara tem vindo a acompanhar o desenvolvimento do estado do edifício, e se os danos que foram detetados têm ou não vindo a aumentar. Que é intenção da Câmara, dentro de pouco tempo, avançar para uma solução, que será ou demolir todo o edifício ou só uma parte. Se a solução for a demolição e a construção de um novo edifício para sede da Junta, até por sugestão do próprio presidente, este será mais pequeno que o existente, pelo que de momento o processo está para análise na DOTAU.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa referiu que um dos pareceres técnicos que leu, aconselhava a que se aguentasse mais um pouco para se chegar à conclusão da demolição total do edifício, para que a Câmara gastasse o menos possível e fizesse o indispensável, já que os principais lesados são os munícipes e o próprio Executivo da Junta.-----

2.- ORDEM DE TRABALHOS:-----

2.1.- CORRESPONDÊNCIA:-----

----- O Snr. Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência entrada na Assembleia até à presente data, informando que a mesma se encontra disponível para consulta se algum dos membros estiver interessado.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa, deu conhecimento à Assembleia da publicação da Resolução de Conselho de Ministros nº 37/2012, publicada na Iª Série do Diário da República, nº 62, de 27 de março e que aprova medidas urgentes, tendo em conta a atual situação de seca, considerando que na passada sessão de 27 de fevereiro foi aprovada uma Moção sobre este matéria.-----

ALTERAÇÃO AO QUÓRUM: - Neste ponto da ordem de trabalhos entrou na reunião o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana de Cambas.-----

3.- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 27/02/2012:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do artº 92 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2020, de 11 de janeiro, foi presente, para aprovação a ata da reunião ordinária desta Assembleia, realizada no dia 27 de fevereiro de 2012.

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com três (3) abstenções, aprovar a ata.

----- Abstiveram-se os membros Snrs. Dr.^a Maria José Henrique e Presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros, por não terem estado presentes na reunião e a Dr.^a Virgínia Valente em virtude da sua instalação só ter ocorrido hoje.-----

4. PROCESSO DE FUSÃO AMALGA/RESIALENTEJO:-----

----- Foi presente uma Proposta aprovada pelo Executivo em reunião de 04 de abril corrente, com vista à Fusão AMALGA/RESIALENTEJO, e aprovação dos respetivos estatutos, conforme consta na Informação do Núcleo de Apoio Jurídico da Autarquia que a seguir se transcreve:

----- “A Amalga – Associação de Municípios Alentejo para a Gestão do Ambiente (doravante “Amalga”), é atualmente uma Associação de Municípios de fins específicos, nos termos da Lei nº 45/2008 de agosto, tendo por objeto a projeção, implementação e gestão do sistema de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos dos municípios associados (Almodôvar, Barrancos, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa).-----

----- A sede da Amalga encontra-se na Herdade do Moinho, no concelho de Beja. Cabendo ainda a gestão do Parque Ambiental ali existente e do qual é proprietária.-----

----- A Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos. E.I.M (doravante “Resialentejo”), é uma empresa intermunicipal totalmente detida pela Amalga.-----

----- Constituindo uma entidade de Sector Empresarial Local, a Resialentejo encontra-se regulada pela Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro (aprova o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, doravante “RJSEL”)zs.-----

----- No decurso da atividade, a Resialentejo tem como objeto a gestão e exploração do sistema público de recolha, tratamento e valorização dos resíduos urbanos na área de influência da Amalga. -----

----- Preconizando uma política de redução de custos e de consequente aumento da eficiência da gestão de cada uma das entidades envolvidas optou-se por levar por diante um projeto de fusão entre as mesmas, incorporando a Resialentejo na Amalga. -----

----- A concretização da referida operação depende, no entanto, da realização de uma fase preliminar, de carácter meramente acessório, a qual se consubstancia na transformação numa empresa intermunicipal- E.I.M.(sociedade nos termos do RJSEL) da Amalga. -----

----- A operação de fusão por incorporação da Resialentejo na Amalga tem assim duas fases que embora distintas, servem o objetivo único final de concentração da gestão das sociedades numa única empresa de cariz intermunicipal. -----

----- Em fase do acima exposto, importa no entanto uma referência à recente entrada em vigor da Lei nº55/2011, de Novembro. -----

----- Com efeito, pelo artigo 1º da Lei nº55/2011, de Novembro, no qual altera a Lei nº53-F/2006, de 29 de Dezembro (RJSEL), optou o legislador por estabelecer regras imperativas de transparência e informação no funcionamento do setor empresarial local, suspendendo a criação de novas empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, bem como a aquisição de participações sociais por estas. -----

----- A referida decisão funda-se na orientação já delineada na Resolução do Conselho de Ministros nº 40/2011, de 22 de Setembro, no sentido de extinção e fusão de empresas locais, enquanto eixo estruturante da reforma da Administração Local autárquica. Acrescem, aqui os objetivos presentes no Documento Verde da Reforma da Administração Local, com base nas considerações constantes do Livro Branco do Setor Empresarial Local, no sentido de adequar o número de Entidades do SEL à realidade do respetivo Município, reduzindo significativamente o atual número de entidades que compõem o SEL, por extinção e/ou fusão. -----

----- A alteração ao RJSEL, assumindo, pelo exposto, um claro objetivo de racionalização do Sector Empresarial Local, não deixa no entretanto de reconhecer as vantagens inerentes aos projetos de fusão, definindo que *«Podem, excecionalmente, os órgãos competentes dos municípios, as associações de municípios ou as áreas metropolitanas determinar: a) A fusão de duas ou mais entidades do sector empresarial local, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais; (...)»* -----

----- A concentração da gestão das duas entidades numa única empresa (E.I.M), visa assim unicamente o aumento da sua eficiência, bem como a redução de custos de estrutura e funcionamento. -----

----- Analisados os meios de atuação desenvolvidos pela Amalga e pela Resialentejo, deixa efetivamente de fazer sentido a manutenção de determinados custos autónomos em cada uma das entidades envolvidas na fusão. Pretende-se assim uma eliminação dos custos de estrutura e funcionamento da sociedade a incorporar, uma exploração mais racional dos recursos existentes, proporcionando um melhor serviço em resultado das sinergias operadas na gestão. Acresce aqui a atual conjuntura económica, a qual exige não apenas racionalização nos termos expostos, bem como a preferência por empresas promotoras de economias de escala ao nível regional. -----

----- A transformação em sociedade (E.I.M.) da Amalga cumpre apenas um objetivo de simplificação e racionalização no que toca ao funcionamento das duas entidades atualmente existentes, servindo consequentemente os objetivos mais latos de racionalização das entidades das entidades do setor empresarial local. A concretização da referida operação de transformação societária assume deste modo caráter meramente preliminar e acessório, pretendendo apenas servir o objeto único de fusão de duas entidades empresarial local (a nova E.I.M. resultante da transformação da Amalga e a Resialentejo). -----

----- Nestes termos, e sequentemente do disposto nas alíneas e) e p) do nº1, e nº2 e 3, todos do 8º dos estatutos da Amalga- Associação de Municípios Alentejanos para a gestão do Ambiente, propõe-se que a Camara Municipal de Mértola delibere: -----

----- Aprovar a transformação da Amalga numa Empresa Intermunicipal (E.I.M.), nos termos da Lei nº53-F /2007, de Dezembro, aprova o Regime Jurídico Do Setor Empresarial Local, “RJSEL”), incluindo os respetivos Estatutos em anexo à presente deliberação.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Fusão das empresas acima identificadas, bem como os respetivos estatutos. -----

5.- AVOCAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA:-

----- Foi presente uma Proposta, aprovada em reunião do Executivo de 18 de abril corrente, do seguinte teor: -----

----- “A iniciativa Licenciamento Zero, aprovada pelo Decreto-Lei n.º48/2011, de 1 de abril, tem como objetivo reduzir os custos administrativos sobre o agente económico, através da eliminação de licenças, autorizações, autenticações, certificações e outros atos administrativos.

----- Neste sentido, há atos que são liminarmente eliminados e outros são simplificados – regimes da mera comunicação prévia e comunicação prévia com prazo. -----

----- Para a comunicação entre a administração e o agente económico foi criada uma plataforma eletrónica designada Balcão do Empreendedor (BdE). -----

----- O acesso ao BdE pode ser direto, se o agente económico, por meios próprios acede à plataforma e instrui o processo; ou acesso mediado, quando se dirige ao atendimento do Município ou outros locais designados para o efeito e, com a ajuda do funcionário, instrui o processo. -----

----- Atendendo à Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho de Mértola, datada de 2004, no que respeita ao licenciamento da Publicidade e da Ocupação de Domínio Público e considerando as alterações legislativas nestas duas áreas, nomeadamente, sobre o que é objeto de mera comunicação prévia, comunicação prévia com prazo, licenciamento e ou dispensa de qualquer autorização, assim como do auxílio prestado ao agente económico. -----

----- Face ao exposto e considerando a realidade das Juntas de Freguesia do Concelho, nomeadamente quanto aos recursos humanos e inexistência de formação adequada nestas áreas, propõe-se que a Câmara Municipal de Mértola delibere avocar as competências delegadas, a produzir efeitos na data de entrada em funcionamento do Balcão do Empreendedor, apontada para 2 de maio de 2012, a partir da qual, caberá a responsabilidade aos competentes serviços municipais.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade adiar a resolução deste assunto. ----

6.- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO ANO 2011:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no artº 47º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, foi presente o Relatório e Contas do Município, referentes ao ano de 2011, já aprovados pelo Executivo em reunião ordinária de 18 de Abril corrente. -----

----- A Assembleia Municipal, por maioria, com oito (8) votos contra e uma (1) abstenção, deliberou aprovar o Relatório e Contas do Município referentes ao ano de 2011. -----

----- Absteve-se o eleito do MIM nesta Assembleia e votaram contra os eleitos da CDU, apresentando um Declaração de Voto que fica anexa á minuta desta ata. -----

6.1.- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO ANO 2011 – INTERVENÇÕES:

----- Tomando a palavra, o membro Dr. Miguel Bento, relativamente ao Relatório e Contas, salientou a verificação da taxa de execução global baixa, de apenas 38%. Que o investimento municipal está a cair de forma preocupante e que não lhe parece que a tendência se possa inverter. Que o investimento municipal dos bens do domínio público foi executado em 48%.

----- Prosseguindo disse que, em sua opinião, há gastos excessivos, com festas, feiras e aquisição de viaturas, dizendo que deveria haver alguma contenção nesse tipo de iniciativas, achando um exagero que estejam orçamentados 85.000 euros com as Festas da Vila. -----

----- Disse ainda que a taxa de execução do orçamento ficou-se pelos 49% e que a dívida a médio e longo prazo não foi devidamente acompanhada porque apesar da redução do investimento a dívida não baixou significativamente. -----

----- Referiu ainda o Dr. Miguel Bento que, alguns aspetos traduzidos no documento do ponto de vista de imparcialidade política, não se verificou. Que não lhe parece possível que, relativamente às IPSS estas recebam menos que duas outras instituições que em termos de

projeção e apoio ao emprego não tem comparação possível, referindo-se ao Núcleo de Voluntariado e à Casa do Povo de Santana, recebendo a primeira cerca de 3.000 euros, que têm o mérito que têm, e reconhece-o, mas que, em sua opinião não se compara com as das outras Instituições de solidariedade social do Concelho, não lhe parecendo que a Câmara seja transparente e imparcial nas transferências e subsídios que são dados a estas instituições. -----

----- Prosseguindo referiu ainda as diferenças significativas das transferências para as juntas de freguesia da CDU.-----

----- Que nesse sentido, dadas as prioridades estabelecidas e pela forma de gestão feita pela Autarquia, sobretudo em termos de opção e estratégia política, irá votar contra os documentos apresentados, cujas razões estão incluídas na Declaração de Voto apresentada. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Câmara disse que não foram colocadas questões, apenas feitas considerações sobre as estratégias, mas que queria esclarecer que a execução global foi bastante superior ao que foi referido pelo Dr. Miguel Bento.-----

----- Prosseguindo, o Snr. Presidente da Câmara disse que, relativamente aos excessos de gastos em feiras, festas e viaturas e sobre a estratégia política não se vai alongar demasiado. Que o que disse na reunião do Executivo e em termos de execução de despesas de capital a análise foi feita e a baixa taxa de execução deveu-se a 3 ou 4 questões muito concretas. Que uma das obras que a Câmara iria concretizar, a da EM 514, foi retirada ao adjudicatário antes de ser iniciada, já que haviam rumores que a empresa iria entrar em estado de insolvência o que infelizmente acabou por acontecer, tendo acontecido o mesmo com a empreitada de Saneamento de vale de Açor de Cima, já que a empresa era a mesma, e que só aqui está a falar em valores da ordem dos 3.000.000 de euros. -----

----- Prosseguindo, o Snr. Presidente da Câmara referiu também que a empreitada do parque Urbano teve um atraso significativo no seu início, devendo-se também uma parte à questão dos materiais a apresentar pelo empreiteiro e que só estas 3 obras atrasaram a execução. -----

----- Quanto às feiras e festas esta preocupação também é da Câmara e já tinha sido demonstrada nesta Assembleia. Que todas elas foram reduzidas substancialmente, dando como exemplo a Feira da caça que no 1º ano custou 85.000 euros e este ano ficou em cerca de 65.000 euros. Relativamente ao Festival do Peixe do Rio, o valor mais elevado foi o do aluguer da tenda. - -----

----- Prosseguindo disse ainda o Snr. Presidente da Câmara que os Vereadores em reunião de Câmara também se referiram ao passeio do Dia a Mulher, em que o custo para a Câmara foi de 300,00 euros e menos que isso só se se deixarem de realizar os eventos.-----

----- Quanto ao que foi referido pelo Dr. Miguel Bento, relativamente aos apoios às IPSS e às transferências para as Juntas, relativamente ao Núcleo de Voluntariado a Câmara dá apoio no pagamento da renda da sua sede. Que existem os regulamentos de Apoio às IPSS, quer para funcionamento quer para investimento e é com base nesse regulamento que os subsídios são atribuídos com equidade. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente da Câmara que não há distinção relativamente às Juntas de Freguesia, que os pedidos das Juntas são analisados pelos serviços, tem deliberação da Câmara e têm sido todos aprovados.-----

----- Relativamente à dívida a médio e longo prazo, está a ser preparado um documento relativamente a este assunto, no sentido da sua amortização. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Mesa reforçou o que foi dito pelo Snr. Presidente da Câmara e realçou aos gastos que a Autarquia apresenta com os apoios sociais e com a educação. -----

----- Relativamente ao ponto de vista estratégico/político, acha que o Dr. Miguel Bento foi irracional porque colocou no mesmo patamar duas associações completamente diferentes, considerando que o mesmo demonstrou muita imparcialidade ao comparar o Centro de Apoio a Idosos de Moreanes com o Núcleo de Voluntariado de Mértola, citando como exemplo os 3.000 euros que a Câmara concede ao Núcleo de Voluntariado para pagamento de metade do aluguer do espaço que ocupa, e que em sua opinião é de uma imparcialidade e insensibilidade gritante.

----- Disse ainda que na política não vale tudo, que há outras associações que a Câmara apoia, que também não têm receitas próprias e nem sequer foram citadas. -----

----- Prosseguindo disse que sob o ponto de vista de feiras e festas, tem todo o direito de fazer as considerações que quiser porque até a própria Câmara já reconheceu a necessidade de redução das despesas, mas o reduzir despesas não quer dizer acabar com elas. -----

----- Tomando a palavra, a Dr.^a Odete Palma disse não perceber a reação do Snr. Presidente da Mesa relativamente ao que foi dito pelo Dr. Miguel Bento. Que se tratou de uma questão que foi falada, mas em sua opinião, a reação foi despropositada, porque ninguém tirou ou reduziu o mérito do Núcleo de Voluntariado, que nada disso foi dito pelo Dr. Miguel Bento. -----

----- A Dr.^a Maria José Henrique disse que há muito tempo que não assistia nesta sala a um julgamento tão parcial, porque o Snr. Presidente da Mesa fez de advogado do Núcleo de Voluntariado. -----

----- O Dr. Miguel Bento voltou a referir que o que referiu foi o modo como o Município de Mértola utiliza os dinheiros dos contribuintes, que são públicos e a sua concessão não foi transparente nem rigorosa. Que não foi falado em estratégia porque em sua opinião ela não existe. -----

----- Prosseguindo disse que o nível de execução global é o que consta do documento e constata-se que o investimento municipal está a cair de uma forma preocupante. -----

----- Relativamente ao que foi dito sobre as Instituições de Solidariedade Social, foi que em 2011 e no âmbito do Regulamento de Apoio ao Funcionamento Regular das Instituições, são notórias as divergências entre os montantes dados a cada uma das instituições e é isso que está em causa, os critérios de atribuição desses montantes, que nada disse contra as instituições, que em sua opinião tem uma atividade muito meritória, mas que não é comparável, recomendando à Câmara a revisão destes Instrumentos de Apoio. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que as IPSS não têm que ser apoiadas pela Câmara, que nunca viu o relatório de contas da Santa Casa da Misericórdia, por exemplo, e que só devem ter o apoio da Câmara em situações pontuais, mas não para a sua atividade normal. -----

----- O Dr. João Serrão disse que o exemplo referido do Núcleo de Voluntariado, em sua opinião, não foi o mais correto, porque há associações que a Câmara comparticipa que têm receitas próprias e o Voluntariado não tem receitas próprias sendo que o apoio que a Câmara lhes dá é uma ajuda para o pagamento da renda da sua sede. -----

7.- PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MERTURIS DO ANO 2011:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no artº 47º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, foi presente o Relatório e Contas da MERTURIS, referentes ao ano de 2011, já aprovados pelo Executivo em reunião ordinária de 18 de Abril corrente. -----

----- A Assembleia Municipal, por maioria, com um (1) voto contra e oito (8) abstenções, deliberou aprovar o Relatório e Contas da MERTURIS referentes ao ano de 2011. -----

----- Votou contra o eleito do MIM nesta Assembleia e abstiveram-se os eleitos da CDU.

7.1.- PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MERTURIS DO ANO 2011- INTERVENÇÕES:

----- Tomando a palavra, o Dr. Miguel Bento perguntou se há algum dado ou algum estudo do retorno que a MERTURIS dá. Se há alguma avaliação do trabalho efetuado pela MERTURIS e das atividades que promovem. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que quando foi constituída a MERTURIS, foi com fins e objetivos distintos dos de hoje e que apesar de nos primeiros anos terem tido muitas atividades teve resultados negativos, mas que nos últimos anos isso já não acontece, apresentando resultados positivos e com alguma sustentabilidade. -----

----- Prosseguindo disse que a MERTURIS tem vindo a crescer e as pessoas tem vindo a conhece-la e a atividade que exerce na promoção turística do Concelho, com trabalho reconhecido tem criado alguma sustentabilidade. -----

----- Tomando novamente a palavra, o Dr. Miguel Bento perguntou quais as perspetivas do Município relativamente ao diploma sobre a revisão das empresas municipais, e se o referido diploma obriga ou não à extinção da MERTURIS. -----

----- Perguntou ainda relativamente à questão da redução das Divisões Orgânicas com a aplicação do diploma com quantas é que a Câmara ficaria. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que sobre esta matéria ainda existem muitas dúvidas e não existe nada de concreto. Quanto às unidades orgânicas, estão contempladas no Orçamento

de Estado a redução de unidades orgânicas bem como a redução de funcionários. Que se o projeto de diploma ficar como está a Câmara poderá ficar apenas com duas unidades orgânicas, e os núcleos seriam anulados, mas não existe ainda nada em concreto.-----

8.- PRESTAÇÃO DE CONTAS DA FUNDAÇÃO SERRÃO MARTINS DO ANO 2011: ------

----- Nos termos e para efeitos do disposto no artº 47º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, foi presente o Relatório e Contas da FUNDAÇÃO SERRÃO MARTINS, referentes ao ano de 2011, já aprovados pelo Executivo em reunião ordinária de 18 de Abril corrente.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

9.- CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DO ANO 2011:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na Portaria nº 474/2010, de 15 de junho, publicada na IIª Série do Diário da República, nº 126, de 01 de julho, foi presente para aprovação o Relatório de Gestão Consolidado do Município de Mértola do ano de 2011 e do qual faz parte o parecer do Revisor Oficial de Contas, tendo merecido a aprovação do Executivo em sua reunião ordinária de 18 de abril corrente.-----

----- A Assembleia Municipal, por maioria, com oito (8) votos contra e uma (1) abstenção, deliberou aprovar a Consolidação das Contas do Município do ano de 2011.-----

----- Absteve-se o eleito do MIM nesta Assembleia e votaram contra os eleitos da CDU.

10.- 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012:-----

----- Nos termos e para e feitos do disposto na alínea b) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi presente, para aprovação, a 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano para 2012, já aprovada pelo Executivo em reunião ordinária de 18 de abril corrente.-----

----- A Assembleia Municipal, por maioria, com oito (8) votos contra e uma (1) abstenção, deliberou aprovar a 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano para 2012.-----

----- Absteve-se o eleito do MIM nesta Assembleia e votaram contra os eleitos da CDU.

11.- 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2012:-----

----- Nos termos e para e feitos do disposto na alínea b) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi presente, para aprovação, a 2ª Revisão ao Orçamento Municipal para 2012, já aprovada pelo Executivo em reunião ordinária de 18 de abril corrente.-----

----- A Assembleia Municipal, por maioria, com oito (8) votos contra e uma (1) abstenção, deliberou aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento Municipal para 2012.-----

----- Absteve-se o eleito do MIM nesta Assembleia e votaram contra os eleitos da CDU.

12.- FISCALIZAÇÃO DOS ACTOS DA CÂMARA:-----

----- Elaborada nos termos e para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi presente uma Informação do Snr. Presidente da Câmara, de que um exemplar fica anexo à minuta desta ata.-----

----- Tomando a palavra o membro Dr.ª Odete Palma perguntou ao Snr. Presidente da Câmara sobre os resultados de uma reunião que teve lugar entre a Câmara Municipal e a Direção Regional de Educação do Alentejo relativamente à previsão de encerramento de escolas no próximo ano letivo.-----

----- Questionou ainda o Snr. Presidente da Câmara se já tinha alguma resposta do Snr. Ministro das Finanças sobre a criação de um regime de exceção à Câmara de Mértola sobre os subsídios de férias e de Natal, já que o Snr. Presidente da Câmara tinha informado da existência desse pedido na última sessão da Assembleia.-----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que, relativamente à reunião que a Autarquia teve com a Direção Regional de Educação, foram abordadas na mesma várias questões de educação no Concelho, começando pelo ensino profissional e pela ALSUD.-----

----- Foi colocado pelo Diretor da DREA o encerramento dos Centros Educativos de S. Miguel do Pinheiro, Penilhos e Santana de Cambas, tendo a Câmara argumentado com os mesmos fundamentos e argumentos que foram apresentados em anos anteriores, e que foram aceites pelo Diretor Regional, tendo deixado claro que os argumentos eram viáveis e não iria propor o

encerramento desses locais. Mas colocou sim o encerramento da Escola de Corte do Pinto, com o transporte dos alunos para a Mina de S. Domingos, tendo a Câmara dito que não iria fazer esse transporte se o mesmo não fosse vinculativo e que teria de ser a Direção Regional de Educação a assumir esse ónus. Que ficaram de se deslocar a Corte do Pinto e realizar uma reunião com a população sobre esta matéria. -----

----- Quanto á resposta do Snr. Ministro sobre a comunicação que a Câmara fez é exatamente o que consta na Informação, não foi até hoje dada mais nenhuma informação. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Corte do Pinto disse que foi inaugurada a Ponte de Paymoço/Serpa e para a qual não recebeu qualquer convite, pelo que gostaria de saber se a Câmara de Mértola foi convidada. Questionou o Snr. Presidente da Câmara sobre os cerca de 5 ou 6 quilómetros de estrada que estão em muito mau estado, e que em sua opinião, acha que deverá ser a Câmara de Serpa a executar a obra. -----

----- Prossequindo questionou o Snr. Presidente da Câmara sobre os anexos da Mina, já que lhe foi dito que a Câmara iria fazer um Regulamento para os mesmos e gostaria de saber em que fase é que o mesmo se encontra. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente da Junta de Corte do Pinto que outra das questões que o preocupa tem a ver com o médico que está a dar consultas no Posto Médico da Mina, o Dr. João Lemos, porque lhe foi dito pelo próprio que se vai embora, mas sugeriu, porque está preocupado com o Concelho, que a Câmara, em colaboração com a Junta de Freguesia arranjasse uma casa de ajuste a fim de incentivar os jovens que estão a estudar medicina a virem para o interior e a gostarem do nosso Concelho. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara informou que a Câmara também não foi convidada para a inauguração da Ponte de S. Marços, tendo também informação que Paymogo também não foi convidado. Que este projeto tratava-se de um projeto global onde estava incluído o troço Corte do Pinto/Corte da Azinha, o troço que foi questionado pelo Snr. Presidente da Junta, a ponte eo troço do outro lado foi da responsabilidade de Deputation de Carreteres. Que foi convidada a Câmara de Serpa, mas não foi a de Mértola nem a Junta de Freguesia. Que a Câmara enviou um e-mail a contestar essa situação e vai questionar o financiamento junto da Deputation e da CCDR Alentejo porque a Câmara de Serpa recebeu os financiamentos e não fez as obras onde devia. - -----

----- Relativamente à questão colocada sobre os anexos da Mina de S. Domingos os projetos da La Sabina têm duas cadernetas e segundo lhe foi dito pelo Eng^o Paulo Felizardo o processo está no Instituto Cartográfico para serem feitos quatro espaços. Só falta o registo e o destaque das parcelas. -----

----- Tomando a palavra, o Dr. Miguel Bento disse que há já algum tempo, numa sessão da Assembleia realizada em Santana de Cambas, foi colocada a questão sobre o muro do cemitério e o perigo que o mesmo representava e também a questão do talude junto ao Cine-Teatro, pelo que gostaria de saber se a questão já está resolvida. -----

----- Solicitou ainda o Dr. Miguel Bento informação sobre qual a utilização que a Câmara vai dar ao Centro Municipal Polivalente de Corte do Pinto e como vai ser a gestão do espaço.

----- O Dr. Miguel Bento questionou sobre o lar de S. Miguel do Pinheiro e que já foi debatido por diversas vezes na Assembleia Municipal. Que a obra teve verba durante algum tempo prevista no Orçamento de Estado e o Snr. Presidente da Câmara, na última sessão ficou de ver a situação. -----

----- Quanto á ponte de Paymogo, o Dr. Miguel Bento disse que se trata de uma situação pertinente porque interessa mais ao Concelho de Mértola que ao de Serpa e que em sua opinião deveria haver um entendimento com a Câmara de Mértola, rentabilizando o investimento a favor do Concelho de Mértola. -----

----- Relativamente ao muro do cemitério o Snr. Presidente informou que a questão já está resolvida, já que a Câmara fez lá a intervenção necessária, quando ao talude junto ao Cine-Teatro a Câmara está a tentar encontrar a melhor solução para resolução do problema. -----

----- Quanto ao Centro Polivalente de Corte do Pinto o mesmo será utilizado para fins sociais.

----- Relativamente ao Lar de S. Miguel do Pinheiro, o mesmo constou no Orçamento de Estado, depois foi retirado, mas já confirmou que parte da verba consta no Orçamento de Estado do corrente ano.-----

ALTERAÇÃO AO QUÓRUM:- Neste ponto da ordem de trabalhos saiu da reunião a Dr.^a Odete Palma.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa, relativamente à Informação prestada pelo Snr. Presidente da Câmara, disse que, como é hábito o Snr. Presidente da Câmara brinda a Assembleia com bastante informação, querendo realçar a Volta do Alentejo, a reabertura do Museu do Núcleo Romano e a iniciativa “Relembrar Serrão Martins”. Referiu ainda a inauguração do Mercado Municipal, da Ermida de Santana e dos arruamentos de Corte da Velha, bem como a realização em Mértola da Fase Distrital dos Campeonatos Distritais de Leitura.-----

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros, relativamente ao arranjo das estradas em terra batida perguntou quais as que estão programadas e se as máquinas já foram da Quintã para a Espargosa.-----

----- O Snr. Presidente da Câmara informou que a estrada da Quintã já foi arranjada.-----

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro disse que não deve estar ainda arranjada porque lhe constou que neste momento a máquina está avariada.-----

----- Prosseguindo o Snr. Presidente da Junta de S. João dos Caldeireiros referiu a questão da iluminação pública, porque em Penilhos, Tacões e mesmo em S. João, existem muitas lâmpadas seguidas sem iluminação.-----

----- Sobre este assunto, a Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Mértola disse que é confrontada frequentemente pelos munícipes sobre a iluminação pública. Que tenta ter uma atitude pedagógica, mas que a Câmara deverá estar atenta a situações excecionais, se é certo que há que reduzir os custos com as faturas da EDP, a população do nosso Concelho é predominante idosa e a Câmara tem de avaliar essas situações. Que um dos casos que tem conhecimento é uma rua sem saída, em Monte Alto, mas que é frequentada por muitas pessoas. Que até aqui na Vila Velha essa questão já foi colocada à Junta, porque a questão tem de ser vista com cuidado, se é verdade que nalgumas ruas existia excesso de lâmpadas, agora está a faltar iluminação e isso tem a ver com a segurança das pessoas -----

----- A Snr. Presidente da Junta de Alcaria Ruiva disse que também já lhe chegaram várias queixas sobre a iluminação pública e em sua opinião esta questão deveria ser pensada e revista.

----- O Snr. Presidente da Junta de S. Miguel do Pinheiro disse que além de mexerem nas luzes, também mexeram com os relógios porque as luzes desligam às 07,30 e a essa hora de inverno ainda é noite escura.-----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Câmara disse que, relativamente à questão da reparação das estradas de terra batida, irá confirmar se a Quintã já foi reparada. Que existem dois equipamentos para a reparação das estradas, em que uma delas a equipa anda em S. Sebastião e irá até S. João, sempre á volta, e que a outra máquina está na zona de Alcaria Ruiva.

----- Relativamente à iluminação pública, o Snr. Presidente da Câmara disse que como a Câmara não pode aumentar as receitas correntes tem de reduzir as despesas correntes já que o Tribunal de Contas passou a exigir estabilidade financeira entre as receitas correntes e as despesas correntes. Que a Câmara está a reduzir nos combustíveis, na iluminação pública e nos pneus.-----

----- Que muitas das situações de iluminação pública já foram identificadas e será solicitado à EDP que volte a ligar nalguns locais. Para a identificação de casos mais específicos foi solicitado a colaboração de todas as juntas de freguesia mas a Câmara apenas recebeu 4 respostas. Que nalguns dos casos identificados foi engano da própria EDP, por isso há que ver caso a caso as que têm de ser repostas e as que não fazem grande falta.-----

----- Prosseguindo disse que apelava aqui às Juntas de Freguesia que lhe façam chagar todas essas situações para que a Câmara solicite a colaboração da EDP na resolução do problema.

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana de Cambas solicitou ao Snr. Presidente da Câmara a interdição de passagem de veículos pesados na estrada de Salgueiros/Montes Altos, dizendo que a Câmara tem de interditar a passagem dos camiões que lá circulam porque se se cruzam com um veículo ligeiro este tem mesmo de sair da estrada,

tornando-se numa situação bastante perigosa e que tem de ser vista rapidamente, já que os mesmos circulam a alta velocidade pondo em perigo os restantes utentes que lá circulam. -----

----- Também devido à passagem desses camiões, a estrada de Salgueiros/Pomarão, que foi intervencionada no ano passado, atualmente já está a ficar bastante danificada e cheia de rachas.

----- O Snr. Presidente disse que relativamente ao trânsito de camiões pesados naquele troço já era do seu conhecimento e irá identificar a situação do troço do Pomarão. -----

----- A Snr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Mértola questionou o Snr. Presidente da Câmara sobre a obra de Corte Gafo de Cima e para quando está previsto o arranjo da estrada de Fernandes. -----

----- Prosseguindo disse estar muito satisfeita pela conclusão das obras de Corte da Velha, que foram realizadas em conjunto com a Câmara Municipal e que em breve se iniciarão as de Corvos. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que o financiamento do novo eixo de construção de Corte da Velha será apenas de metade e se assim for a de Corte Gafo de Cima, a Câmara tem 230.000 euros de financiamento, sendo que o resto será do orçamento municipal, pelo que, por parte da Câmara é impossível a sua execução. Que ou o financiamento é aumentado ou a Câmara não a poderá fazer porque não tem verba para isso. -----

----- Informou ainda o Snr. Presidente que o arranjo da estrada de Fernandes será feito por administração direta.-----

13.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

----- Encontrando-se público presente, o Snr. Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público previsto na lei.-----

----- Tomou a palavra o munícipe Snr. Alberto Fernandes, que informou que a questão que o trouxe á Assembleia tem a ver com a Sociedade 1º de Dezembro, ex-grémio. Que há anos foi solicitado pela Câmara para instalação da Biblioteca Municipal, enquanto decorriam as obras deste edifício. Que a obra terminou e foi comunicado ao último presidente do grémio que a chave foi entregue. Que há um grupo de sócios que pretende reativar novamente o Grémio. Que teve conhecimento que está lá a funcionar agora a cantina da Pré-Primária, mas os sócios não foram ouvidos sobre este assunto, embora em sua opinião ache que para estar fechado é melhor ter alguma utilidade, mas que gostaria de saber sobre esta situação e se quiserem lá fazer uma reunião nem sabem onde está a chave.-----

----- Prosseguindo disse que gostava de saber a situação dos materiais que lá existiam, os bilhares, os equipamentos de cozinha, etc, onde se encontram e em que condições. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Câmara referiu que as instalações da Sociedade 1º de Dezembro foram utilizadas pela Biblioteca, enquanto decorreram as obras do seu edifício, pela iniciativa municipal Mertolarte e agora estão lá os miúdos do Ensino Pré-Escolar a almoçar. Que gostaria de ter tido uma reunião com os sócios, que até foi solicitada uma reunião com a direção da Sociedade, mas não foi conseguido, nem sequer com o presidente da assembleia. -----

----- Prosseguindo o Snr. Presidente da Câmara disse que é de todo o interesse que o espaço esteja aberto ao serviço da Sociedade e se a mesma quer reiniciar a atividade a chave que a Câmara tem será entregue. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente da Câmara que irá ver com a Vereadora Sandra como está a decorrer a utilização do edifício. Que a ideia será fazer uma Assembleia Geral, com todos os sócios para saber, auscultando os mesmos, se a opinião é o edifício continuar com a Câmara ou ser entregue à Sociedade para reativação. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Mesa disse que quem está em falta perante a Câmara são os sócios e que há que fazer uma Assembleia Geral e solicitar à anterior direção da Sociedade a prestação de contas e a entrega dos estatutos. -----

----- Estando também presente na sessão o Snr. Presidente dos Bombeiros Voluntários de Mértola, o Snr. Presidente da Mesa deu-lhe a palavra, tendo este questionado sobre o ponto da situação sobre o problema que apresentou na passada sessão da Assembleia Municipal, e para que o mesmo não caia no esquecimento, tendo o Snr. Presidente da Mesa informado que o assunto está a ser tratado.-----

14.- APROVAÇÃO DA ACTA: -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou que a ata fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração. -----

----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da ata em minuta que depois de posta a votação foi aprovada por unanimidade. -----

15.- ENCERRAMENTO: -----

----- O Snr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 20,15 horas. -----

----- E eu 1º Secretário da Assembleia, a redigi,
subscrovo e assino. -----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____